

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Pós-Graduação Lato Sensu em Comunicação: Imagens e Culturas Midiáticas**

**Erika Cristina Dias Nogueira**

**ESTRATÉGIAS DE VISIBILIDADE UTILIZADAS NA INTERNET PELOS  
MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS**

**Belo Horizonte**  
**2011**

**Erika Cristina Dias Nogueira**

**ESTRATÉGIAS DE VISIBILIDADE UTILIZADAS NA INTERNET PELOS  
MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Comunicação: Imagens e Culturas Midiáticas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Comunicação.

Orientadora: Profa. Dra. Ângela Cristina Salgueiro Marques

**Belo Horizonte**

**2011**

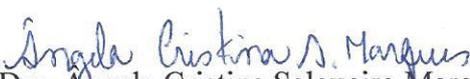


Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade De Filosofia E Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

**Ata da Defesa do Trabalho de Conclusão de *Erika Cristina Dias Nogueira*  
Número de Registro na UFMG 2011680012**

Às quinze horas e trinta minutos do dia dezenove de dezembro de 2011, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, reuniu-se a comissão examinadora constituída pelos professores Profa. Dra. Ângela Cristina Salgueiro Marques (orientadora – Universidade Federal de Minas Gerais) e Prof. Dr. Ricardo Fabrino (Universidade Federal de Minas Gerais). A comissão reuniu-se para julgar o trabalho final da aluna Erika Cristina Dias Nogueira, intitulado: **“Estratégias de Visibilidade Utilizadas na internet pelos movimentos Ambientalistas”**, requisito parcial para obtenção do **Grau de Especialista em Comunicação Social** da Universidade Federal de Minas Gerais, **área de Imagens e Culturas Midiáticas**. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Dra. Ângela Cristina Salgueiro Marques apresentou a banca e em seguida passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho final. Após a apresentação, seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa de Erika Cristina Dias Nogueira. Logo após, a Comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. A Comissão Examinadora julgou a candidata **apta a receber o grau de Especialista em Comunicação Social, com a nota de 98,0 (noventa e oito)** no Trabalho de Conclusão. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão que encerrou a sessão, lavrando assim, o presente documento, que será assinado por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 19 de dezembro de 2011.

  
Prof. Dra. Ângela Cristina Salgueiro Marques  
UFMG

  
Prof. Dr. Ricardo Fabrino  
UFMG

## **RESUMO**

O presente trabalho analisa como um movimento ambiental específico, aquele ligado às ações da organização SOS Mata Atlântica, utiliza o espaço virtual como ferramenta para ampliar sua visibilidade pública. Partindo de reflexões teóricas sobre as estratégias de ação dos novos movimentos sociais no meio *online*, o texto busca revelar como esses movimentos se articulam com a sociedade civil e com a imprensa, considerando as ferramentas que o meio proporciona para garantir maior agilidade de difusão das informações, interatividade, engajamento e incentivo ao ativismo.

## **PALAVRAS - CHAVE**

Mídia Radical. Ciberativismo. Visibilidade. Novos Movimentos Sociais. Sociedade Civil. Espaço Virtual.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2 MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>3 A ARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS <i>ONLINE</i>.....</b>	<b>13</b>
<b>3.1 Potencialidades e barreiras para a articulação de um movimento <i>online</i>.....</b>	<b>16</b>
<b>3.2 Atuação <i>online</i> dos movimentos ambientais.....</b>	<b>19</b>
<b>3.2.1 ESTRATÉGIAS DE VISIBILIDADE DA SOS MATA ATLÂNTICA.....</b>	<b>19</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>24</b>
<b>5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>25</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Um movimento social depende do espaço de visibilidade midiática para mobilizar outros indivíduos e, assim, exercer pressão coletiva junto à política institucionalizada. Por isso, a comunicação deve ser um pilar fundamental para um movimento e os novos dispositivos midiáticos como a internet ampliam as possibilidades de interação e de organização dos movimentos em escala global.

Considerando esse contexto, o presente artigo analisa quais são as estratégias que um movimento ambiental, classificado como novo movimento social pela Teoria dos Novos Movimentos Sociais – TNMS (ALEXANDER, 1998; DOWNING, 2002 e MELUCCI; 2001) utiliza na Internet para construir um discurso favorável à sua causa e garantir maior visibilidade a suas demandas. Por fim, o estudo das possibilidades e barreiras que um movimento ambiental enfrenta na internet estará focado na SOS Mata Atlântica, uma organização que se vale da internet para divulgar suas atividades, sensibilizar os indivíduos e convocá-los a participar das ações que têm como objetivo promover a conservação da diversidade biológica e cultural do Bioma Mata Atlântica.

A investigação sobre o assunto será feita a partir dos conceitos de visibilidade, mídia radical, movimento social e espaço virtual, sempre tomando como base o fato de que as práticas dos movimentos sociais se estruturam por meio de uma comunicação relacional e interativa entre os participantes do ato comunicativo.

## 2 MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Desde a Grécia antiga, dos séculos V e VI AC, berço da sociedade democrática atual, o indivíduo é convocado a participar como cidadão das ações de sua comunidade. Mas o estatuto de cidadão grego era conferido àqueles que podiam se dedicar exclusivamente ao debate público, sem a preocupação com a subsistência ou com as atividades domésticas. Assim, o espaço da aparência, a esfera de iguais, se distinguia drasticamente do âmbito privado: da ágora só poderiam tomar parte os homens em estado de liberdade, entendida como a ausência de relações de dominação e preocupações com a existência (ARENDDT, 1987). O ingresso na ágora era restrito, mas permanece a ideia geral de que ela era um espaço de busca de entendimento e participação democrática para que todos lutassem por seus direitos civis, políticos e sociais.

Cidadania é o termo utilizado para identificar o processo em que os indivíduos se transformam em sujeitos de palavra no espaço público, identificando formas de injustiça, reivindicando sua interferência na elaboração e nas correções de leis e normas, constituindo-se como parceiros moralmente dignos de participação em diálogos ampliados e de serem portadores de direitos. Mesmo historicamente aplicado com um viés político, este conceito será ligado a uma questão social somente com o advento do liberalismo, nos século XVII, época que surgem os direitos civis. “A concepção liberal trata os direitos como direitos contratuais onde as relações sempre contemplam reciprocidades: a cada direito corresponde a uma obrigação, seguindo a tradição do modelo da Roma Antiga e do Direito Romano” (GOHN, 2003, p.173).

Porém, uma ampliação importante do conceito de cidadania surge no século XX, com o entendimento de que a cidadania não se restringe a uma reivindicação localizada e homogênea, mas ela requer pensarmos em uma “cidadania coletiva, cidadania diferenciada e cidadania planetária” (GOHN, 2003, p.175). E é como atores envolvidos na elaboração de uma cidadania coletiva que os movimentos sociais, foco deste artigo, começam a ser identificados.

A cidadania coletiva é um exemplo. Ela parte de um enfoque que se descola do conceito tradicional-centralizado no indivíduo (em seus direitos civis ou políticos), para a cidadania de grupos coletivos que vivem situações similares, do ponto de vista da forma como são excluídos ou incluídos numa dada realidade social. Quer seja por motivos sócio-econômicos (situação de

pobreza, desemprego ou não garantia de acesso ao trabalho e seu usufruto), quer seja por razões identitárias - culturais (raça, etnia, sexo, nacionalidade, religião etc), a cidadania coletiva une coletivos sociais da sociedade civil e pressiona o Estado pela regulamentação, implementação e vigilância da aplicabilidade de direitos de inúmeras ordens (GOHN, 2003, p.176).

A participação ativa e o engajamento dos cidadãos em uma sociedade acontece, geralmente, por associação entre diferentes atores. Gohn explica que o associativismo brasileiro teve seu auge nos anos 90, quando “a questão da cidadania foi ressignificada, tanto na sociedade civil como nas políticas públicas” (2003, p.186). Nessa época, houve uma maior pluralidade de atores sociais envolvida em dinâmicas de resistência e contestação política e social, ampliando também a diversidade de setores que constituem a sociedade civil. Fato que Maia (2010) identifica como o “retorno da sociedade civil ou redescoberta da sociedade civil” (p.147). Tal redescoberta é apontada por Gohn como fruto de acontecimentos históricos que concederam um impulso à eficácia política dos atores da sociedade civil:

Nos anos 1980 e 1990, a derrocada de modelos políticos - econômicos baseados em forte intervencionismo estatal, como o socialismo, ou o descontentamento com modelos sustentados em uma confiança excessiva no mercado, em países de capitalismo avançado e de tradição liberal-democrática, levaram a um crescente ceticismo quanto à possibilidade de o Estado e o mercado responderem adequadamente às necessidades dos cidadãos e proverem eficazmente oportunidades e bens públicos. Além disso, a emergência da democracia em diversos locais no leste europeu e na antiga União Soviética e a consolidação da democracia na América Latina e em diversas partes do mundo em desenvolvimento ajudaram a estabelecer o *status* de movimentos sociais e da ação coletiva como veículos fortes o suficiente para suplantarem governos autoritários (GOHN, 2010, p. 147:148)

Segundo Alonso (2009) e Maia (2010), a sociedade civil representa um tipo de vida associativa, que pode ser cooperativa. É na sociedade civil que estão as “associações voluntárias, os movimentos sociais e outras formas de comunicação pública, como os media” (MAIA, 2010, p. 150). A sociedade civil não pode ser considerada um “bloco” homogêneo, reunindo grupos e atores semelhantes em torno de causas comuns: ela não é uma “esfera autônoma de atividade democrática” e só pode ser apreendida pelo exame das motivações e metas das organizações, de seus valores e relações contextuais (MAIA, 2011). A sociedade civil é, então, multifacetada, articula setores e públicos diferenciados (por vezes até antagônicos), mas que têm como fio articulador o desejo de uma participação coletiva em práticas políticas e nos processos decisórios. Tal participação configuraria um processo democrático de debate por meio

do qual a decisão seria tomada com base na busca do entendimento em um espaço público paritário, a fim de permitir o engajamento dialógico de todos os interessados em “democratizar a gestão da coisa pública” (GOHN, 2003, p.187).

Sob esse aspecto, há de se considerar que a sociedade civil configura um espaço plural, que permite o florescimento tanto de associações voluntárias que ajudam a promover a democracia, como também de associações violentas e desiguais, como, por exemplo, os movimentos fascistas e homofóbicos. Estes últimos configuram o que Maia (2011) chama de “má sociedade civil”.

A proposta deste artigo se atém à nova configuração da “boa” sociedade civil que, com uma veia extremamente social, reúne associações voluntárias que atuam em prol da solidariedade e da cooperação. A atuação de grupos e coletivos pautados por esses valores é fundamental para o desenvolvimento das práticas democráticas, uma vez que nelas os atores sociais engajam-se em atividades políticas, sobretudo em nível local, articulando os problemas vivenciados em seu cotidiano às instâncias administrativas e aos procedimentos de tomada de decisão. Uma sociedade civil estruturada por meio de práticas associativas permitiu que novos atores se apresentassem como protagonistas, como as ONGs, os novos movimentos sociais, os grupos de defesa dos direitos dos excluídos, associações, redes comunitárias, conselhos e entidades ambientalistas (GOHN, 2003, p. 187). Dentre esses novos atores, os movimentos sociais são considerados fundamentais para as mudanças sociais, uma vez que “o repertório de lutas que eles constroem, demarca interesses, identidades, subjetividades e projetos de grupos sociais” (GOHN, 2003, p.189).

É preciso salientar que os movimentos sociais atuam como circuitos de comunicação pública que estabelecem uma estreita ligação com o contexto da vida privada dos indivíduos, recolhendo daí seus recursos vitais para depois fazerem com que se transformem em objeto de debate. Assim, Alexander (1998) caracteriza os movimentos sociais como tradutores daquilo que a sociedade civil identifica como problemas, remetendo-os a instâncias administrativas – que geralmente não se mostram imediatamente sensíveis às demandas sociais.

Os movimentos sociais podem ser vistos como mecanismos sociais que constroem traduções entre o discurso da sociedade civil e os processos institucionais específicos de tipo mais particularista. São movimentos de natureza prática e histórica, mas que apenas podem ter êxito se forem capazes de empregar a metalinguagem civil para relacionar esses problemas práticos ao

centro simbólico da sociedade e suas premissas utópicas (ALEXANDER, 1998, p.15)

Os movimentos sociais e outros atores da sociedade civil, organizados em redes de comunicação, se engajam em processos argumentativos e retiram sua força da interação para serem capazes de intervir de forma eficaz e racional nos debates travados na esfera pública. É por isso que Maia (2010) destaca que não é só o coletivo que garante voz política e, sim, uma negociação entre as associações e os cidadãos:

Apesar da importância das associações – para tornar os indivíduos mais potentes para influenciar os negócios públicos e ganhar voz política -, não se pode negligenciar a importância e a eficácia de diversas formas de participação individualizada. A democracia demanda, também, a ‘liberdade subjetiva’ e a participação dos cidadãos como indivíduos (e não apenas como coletivos), uma vez que estes se encontram situados em diferentes posições e circunstâncias ou têm diferentes ideias (MAIA, 2010, p.162)

Realizadas coletivamente, as mobilizações sociais podem ganhar escala global, promovendo identificações entre diferentes grupos que, por sua vez, podem promover debates ampliados na esfera pública, instaurando oportunidades para que os cidadãos tomem a palavra e possam aprimorar suas habilidades de formular pontos de vista, expressá-los e negociá-los publicamente. Um movimento surge a partir da mobilização de um ator coletivo, é o que afirma Melucci (2001), quando diz que o movimento é “definido por uma solidariedade específica, que luta contra um adversário para a apropriação e o controle de recursos valorizados por ambos” (p.35). Melucci (2001) define a solidariedade como “a capacidade dos atores de se reconhecerem e serem reconhecidos como parte da mesma unidade social” (p.35).

Melucci estudou o fenômeno dos movimentos sociais a partir de aspectos culturais e simbólicos. Diferente do modelo clássico<sup>1</sup>, que identificava os movimentos sociais como revolucionários e como “mobilizações de massa que visam apossar-se do poder de um Estado antagônico” (ALEXANDER, 1998, p.1), a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) proposta por Melucci, em conjunto com os teóricos Touraine e Habermas, surge para explicar o novo padrão da sociedade instituída após os anos 1960, “na qual a indústria e o trabalho teriam perdido centralidade” (ALONSO,

---

<sup>1</sup> Alexander (1998) considera que o modelo clássico dos movimentos sociais foi proposto inicialmente por Karl Marx no século XIX. Em suas teorias ele “deu ênfase aos interesses econômicos e materiais dos movimentos revolucionários da época e colocou em segundo plano a reflexão moral e a solidariedade” (p.2). Também como clássicos são consideradas a Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), que exaltou a racionalidade como explicação para as mobilizações coletivas e ainda a sociologia das organizações. Também a Teoria do Processo Político (TPP), que utilizou como base o debate marxista e “só configura um movimento social diante de oportunidades políticas favoráveis” (ALONSO,2009, p.55).

p.60). “O modo de produção mudou, novos tipos de privações surgiram, e os novos movimentos sociais são o resultado lógico de tudo isso” (ALEXANDER, 1998, p.6).

Downing (2002) resume da seguinte maneira os principais objetivos dos NMSs:

Enquanto o movimento operário, por exemplo, buscava obter ganhos econômicos específicos da classe capitalista e pressionar os governos a tomar iniciativas políticas e legislativas que, na opinião de seus líderes, beneficiariam suas fileiras e colunas, os NMSs não perseguiam resultados materiais tão calculados. Em vez disso, segundo os pesquisadores, os NMSs visavam aos objetivos que, em grande medida, independiam do que o Estado podia conceder – objetivos que guardavam uma relação muito mais próxima com um senso de crescimento e identidade pessoais em interação com a subcultura do movimento (DOWNING, 2002, p. 57).

A TNMS considera que os atores das novas mobilizações são definidos por sua forma de vida e agem em busca de pressionar o Estado por uma melhor qualidade de vida, em uma espécie de luta simbólica. Dentre os principais NMS pode-se destacar o movimento feminista e o ambientalista, este que conta com um grande engajamento da sociedade civil.

Os problemas do ambiente interferem nos indivíduos como tais, e não enquanto pertencentes a um grupo, uma classe, a um estado. Esse tipo de pertencimento constituiu, na época moderna, a base para os interesses e a solidariedade. A salvaguarda da espécie que pode ser garantida somente por um equilíbrio diferente entre o homem e a natureza, é hoje o problema que interfere na vida de cada um (MELUCCI, 2001, p.115).

As reivindicações identificadas na TNMS também se diferenciam do proposto pelos movimentos estudados pelo modelo clássico, os motivos das mobilizações passaram da redistribuição de bens para a valorização dos indivíduos e da proteção de sua integridade no contexto da vida cotidiana. A opressão simbólica ocupa agora o centro das preocupações dos movimentos sociais, que se empenham na identificação do desrespeito, do desprezo e da depreciação como formas generalizadas de desvalorização dos sujeitos. Eles se empenham em mostrar que a desvalorização moral ocorre para além do horizonte da individualidade, chegando a um ponto em que podem se tornar a base de um movimento coletivo. Nesse sentido, os NMS “recorreriam à ação direta, pacífica, baseada numa organização fluída, não hierárquica, descentralizada, desburocratizada. Não se dirigiriam prioritariamente ao Estado, mas à sociedade civil, almejando mudanças culturais no longo prazo” (ALONSO, 2009, p.67).

Incentivados por um conflito simbólico, os NMS enfatizam a identidade pessoal e social dos atores como estratégia de ação, destacando-se assim a importância desses sujeitos para a mobilização. A atuação dos ativistas dos NMSs se dá geralmente por uma retórica persuasiva, incitando emoções e formando consensos simbólicos entre os atores, conforme destaca Alonso, “a realidade social é ‘arrumada’ em enredos persuasivos, que dão aos ativistas um contexto de sentido e explicitam esquemas culturais e modelos de ação e interação, que possibilitam uma mobilização conjunta” (2009, p.79-80). Essa autora também fala sobre o apelo emotivo que convida ativistas a fazerem parte de um grupo, uma vez que “as emoções seriam formas culturalmente construídas de compreender o mundo e exprimir posições” (2009, p.80). Sob esse aspecto, as emoções não impedem ou atrapalham a racionalidade das negociações que se estabelecem nos espaços de diálogo entre sociedade civil e instâncias formais do sistema administrativo, mas somam-se a ela de modo a especificar os domínios da ação nos quais nos movemos e nos posicionamos. Podemos afirmar, dessa forma, que as emoções ajudam a eleger informações relevantes para a discussão de uma questão de interesse coletivo.

Para conquistar novos ativistas e uma legitimidade perante a sociedade civil, os movimentos sociais precisam garantir sua visibilidade. Assim, um movimento precisa ter voz, ser ouvido, adquirir o estatuto de interlocutor para intervir politicamente em âmbitos sociais e institucionais, além de ser lembrado e de preservar a memória de suas ações:

O campo no qual a palavra dos movimentos pode ser ouvida é o discurso público. Esse campo é visto, frequentemente, como produto das mídias, entendidas como aparatos impessoais aos quais se atribui o papel da manipulação. O discurso público não é um dado, mas é um produto resultante de um complexo jogo de interações no qual intervém, certamente, os objetivos e os interesses dos grupos de poder e dos aparatos políticos, e para o qual contribuem com um papel não subalterno seja as competências profissionais e as dinâmicas organizativas dos adeptos aos trabalhos, seja as escolhas dos consumidores da comunicação. (MELUCCI, 2001, p.144)

### **3 A ARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS *ONLINE***

Os movimentos sociais contemporâneos precisam dos meios de comunicação para garantir sua visibilidade nas diversas esferas públicas e conquistar maior legitimidade de sua causa perante a sociedade civil. Por essa razão, essas organizações estão em constante luta simbólica por maiores espaços de reconhecimento a fim de promoverem seu discurso público, ação fundamental para se manifestarem socialmente.

Os meios de comunicação possuem um papel fundamental como espaço de visibilidade para esses movimentos, “modificando e expandindo áreas de experiência individual, intervindo na formação da opinião pública e contribuindo para a definição de identidades individuais e coletivas” (PEREIRA, 2011, p.3). Com a visibilidade midiática, os movimentos contribuem para um diálogo democrático nas esferas públicas, fazendo com que os indivíduos “sejam capazes de reconhecer problemas, avaliar possibilidades e argumentar, na busca de consensos ou não, pautados pelas informações disponíveis” (PEREIRA, 2011, p.4)

Mas, além dos movimentos sociais necessitarem conquistar a atenção dos meios de comunicação, eles também podem desenvolver seus próprios canais. Downing (2002) identifica esses canais de comunicação criados pelos movimentos como mídia radical. O autor diz que a ascensão dos movimentos sociais está ligada à ascensão de uma mídia radical, que, segundo ele, se constitui na “forma mais atuante da audiência ativa e expressa as tendências de oposição, abertas e veladas, nas culturas populares” (DOWNING, 2002, p. 33). Com relação à cultura popular, Downing afirma que sua significação está entrelaçada com a cultura de massa, em muitos aspectos. “A cultura popular é a matriz genérica da mídia radical alternativa” (DOWNING, 2002, p. 41).

A internet faz parte dessa mídia radical. “A internet representa uma nova era para a mídia alternativa. Sendo uma infra-estrutura interconectada para múltiplas formas de comunicação, ela promove um período de convergências das tecnologias da mídia” (DOWNING, 2002, p. 270). Ao citar a internet, considera-se aqui o conceito de espaço virtual utilizado por Muniz Sodré (2002), que o define como uma criação por computador de ambientes artificiais e interativos. Sodré, já no início de seu livro “Antropológica do Espelho”, situa a internet como fenômeno social: “Está depois em jogo um novo tipo de formalização da vida social, que implica uma outra dimensão da realidade, portanto formas novas de perceber, pensar e contabilizar o real” (SODRÉ, 2002, p. 16).

Seja via mídias tradicionais ou radicais, o acesso à informação é fundamental para desenvolver as relações de poder nas sociedades democráticas. Via internet, os cidadãos podem ter esse acesso mais facilitado, plural e veloz. Além disso, o espaço virtual modifica as formas de interação nas esferas públicas, “entendidas como um espaço de disputa, negociação, definição e redefinição de significados entre atores sociais” (PEREIRA, 2011, p.5), construindo uma esfera digital interconectada. Maia (2011) confirma tal constatação ao salientar que

(...) a internet não pode ser ‘destacada’ do contexto mais amplo da vida das pessoas, como se constituísse um mundo virtual paralelo ou à parte do fluxo das atividades cotidianas. Ao invés disso, a internet deve ser entendida de modo integrado ao conjunto da vida, suplementando as interações face a face e o uso de outras tecnologias de comunicação mais tradicionais (MAIA, 2011, p.71)

A partir da construção de espaços de negociação e troca de opiniões e argumentos *online*, a internet possibilita aos movimentos e organizações oportunidades mais amplas para se fazerem visíveis, para fortalecerem sua identidade coletiva e para entrarem em contato com outros grupos que partilham das mesmas experiências, construindo, assim, uma rede de contatos e solidificando um repertório comum de experiências. Além disso, o espaço virtual permite a construção de ambientes interativos para que os movimentos entrem em contato direto com seus ativistas e publicizem uma discussão mais legítima e aprofundada sobre suas causas. Conforme Pereira (2011):

Os conglomerados midiáticos podem, às vezes, dificultar a visibilidade de novas temáticas desenvolvidas na esfera pública pelos movimentos sociais (Downing, 2001; Rucht, 2006; Maia, 2006, della Porta e Diani, 2006) principalmente em razão das limitações tecnológicas e das práticas desenvolvidas e utilizadas por estes meios tradicionais, que dificultam a criação de espaços interativos que conduzam à reflexão, tão fundamental para que os movimentos publicizem suas causas na esfera pública e sejam capazes de influir e convencer seu público-alvo da legitimidade das mesmas. (PEREIRA, 2011, p.6).

Os movimentos sociais encontram na internet um meio de criar uma mídia radical alternativa aos grandes meios de comunicação de massa. Com esse recurso, eles conseguem “trazer para a esfera pública questões que até então estavam silenciadas” (PEREIRA, 2011, p.7), fazendo com que as informações circulem com facilidade nesta esfera e ocasionem “a inclusão, através da produção e distribuição de informações daqueles que até então encontravam-se ‘inexistentes’” (2011, p.7).

Ao ampliar a gama de visibilidade de entidades, movimentos e cidadãos, surge um novo fenômeno, o ciberativismo, que comporta ações com um poder maior de alcance devido aos novos dispositivos tecnológicos em rede. “Entende-se por ciberativismo a utilização da internet por movimentos politicamente motivados (VEGH, 2003, p.71), com o intuito de alcançar suas tradicionais metas ou lutar contra injustiças que ocorrem na própria rede” (SANTOS, 2011, p. 3).

Segundo Santos (2011), o ciberativismo ingressa no Brasil na década de 90, época que ocorreu o avanço da internet no país. Com o propósito de driblar os meios de comunicação tradicionais, os ciberativistas usam a internet para se manifestarem e ampliarem o espaço de difusão de suas ideias, superando fronteiras (SANTOS, 2011, p.3). “A cyberdifusão de determinadas informações e ou repertórios de conflito é uma das grandes características que diferenciam a internet de outros meios de comunicação de massa” (PEREIRA, 2011, p.8).

Atualmente, as possibilidades de um cidadão se engajar em ações de ciberativismo são muitas. Com apenas um clique, o internauta pode enviar e-mails a políticos, ingressar em fóruns de discussões, assinar uma petição e até plantar uma muda de árvore no Brasil (SANTOS, 2011). Um dos fenômenos mais recentes de ciberativismo foram as mobilizações feitas pela internet e que geraram revoltas nas ruas em países do Oriente Médio. Setores da população, sobretudo jovens, conseguiram se articular no espaço virtual e depois mobilizaram multidões em praças públicas contra os governantes tiranos de seus países. Tais manifestações atingiram uma grande visibilidade na internet e também nos meios de comunicação tradicionais, mostrando a eficiência do ativismo *online*.

Além disso, outras mobilizações menores são geradas na internet e ocorrem constantemente também nas ruas, praças, shoppings e locais de grande circulação: são as *flash mobs* que, conforme Ribeiro e Pereira (2004) são:

(...) em todas as instâncias, eventos marcados pelo exercício de coordenação coletiva e por sua efemeridade e volatilidade. Ocorrem em circuitos urbanos, mais frequentemente nos hipercentros das grandes metrópoles, e representam a ponta final, a culminância de um processo de articulação e organização que tem início no ambiente on-line. Através da internet – principalmente em blogs, listas de discussão, canais de chat, instant messengers ou mensagens SMS trocadas via telefones celulares – e das facilidades proporcionadas pelas novas formas de comunicação sem fio (comunicação descentralizada, multiplicação da capacidade de circulação de informações em curtos espaços de tempo, rapidez nas rearticulações necessárias, etc.), os interessados em participar de uma flash mob

encontram-se, deliberam, encaminham os procedimentos necessários à consecução do evento (RIBEIRO; PEREIRA, 2004, p.1:2).

E pelas facilidades e potencialidades das *flash mobs*, elas também são utilizadas pelos movimentos sociais, como o movimento ambiental Greenpeace, por exemplo. No artigo de SANTOS (2011), a entidade conta utiliza o ciberativismo a seu favor, buscando tornar “cada ciberativista em um agente multiplicador, transformando a vontade de participar em ações concretas” (2011, p.6).

### **3.1 Potencialidades e barreiras para a articulação de um movimento *online***

O chamado espaço virtual (SODRÉ, 2002) serve como recurso para descentralizar a produção de informações na sociedade contemporânea e atua como fonte para a mídia, tornando dados, pesquisas, imagens e sons acessíveis. No espaço virtual, um movimento tem oportunidade de divulgar, a baixo custo, suas atividades ao conhecimento de diversos segmentos da sociedade. Com isso, um movimento social pode conseguir de imediato um barateamento dos custos, maior raio de abrangência global, velocidade de transmissão, circulação e recepção das mensagens.

Na internet, os movimentos sociais também têm a possibilidade de produzir debates em uma rede planetária, colocando cidadãos em contato com outros cidadãos, produzindo uma espécie de “arena conversacional, em que o espaço se desdobra e novas conversações e discussões políticas podem seguir seu curso (EISENBERG apud RIOS, 2010, p.2). Diante desse novo processo, a internet possibilita aos cidadãos desenvolverem empatia pelas causas dos movimentos, o que pode gerar, posteriormente, certo engajamento. Conforme Rios, a empatia se dá pela facilidade de identificação dos atores sociais:

Elas se engajam nas lutas a partir do momento que compreendem a si próprias como atores sociais que podem e devem se articular na busca pelo cumprimento de direitos, na luta por melhores condições de trabalho entre outras razões públicas. Esta sensibilização da sociedade, no entanto, ocorre em grande parte graças às ações protagonizadas por movimentos sociais, seja pelo agendamento de temas relacionados às suas lutas, seja por outras formas de intervenção social. (RIOS, 2010, p.4-5)

A internet atua, assim, como ferramenta para maior participação política e cívica dos cidadãos, contribuindo para que associações voluntárias se formem, se desenvolvam ou garantam maior visibilidade para atuarem como agentes fortalecedores da

democracia. O espaço virtual promoveu uma inovação social e política em seu advento, facilitando o acesso dos cidadãos às informações, motivou grandes protestos em escala global e sustentou as mídias alternativas e táticas (MAIA, 2011, p.76).

Para garantirem sua visibilidade na internet, os movimentos sociais combinam estratégias tradicionais, como fax, telefone e manifestações presenciais, com ações *online*. “As formas de protesto podem ser mais facilmente organizadas através da Internet (se parte dos envolvidos tiver acesso à rede é claro) mas dificilmente serão substituídas apenas por ações *online*” (PEREIRA, 2011, p.11). A combinação de ações *online* e *offline* se revela ideal para os movimentos sociais, pois abrange uma maior parcela da sociedade civil.

Dentre as estratégias de ação *online*, pode-se destacar o uso de campanhas a partir de uma temática em voga na sociedade, mídias sociais como o You Tube e Facebook são usadas, geralmente, para informar os militantes sobre as manifestações presenciais, e-mails e boletins informativos eletrônicos, que têm a função de oferecer ao público alvo do movimento um posicionamento sobre um tema, abaixo-assinados e manifestos virtuais, que promovem maior participação da sociedade, e ainda o lobby, que configura-se sob a forma de envio de e-mails a representantes políticos para influenciar em suas decisões públicas.

Além disso, um movimento pode promover listas de discussão e lançar mensagens de mobilização em redes sociais como o Twitter, ferramentas que garantem velocidade para atingir os indivíduos que já são militantes do movimento ou conquistar novos ativistas. A ideia aqui não é a de que as redes de comunicação substituam as trocas sociais ou dissipem as questões identitárias de ação coletiva. Ao invés disso, a natureza das interações sociais está mudando devido à capacidade das redes de comunicação de facilitar o engajamento pessoal com os outros. Assim, uma mistura inseparável de comunicações virtuais e face a face define a maioria das redes de ativistas e os contatos nessas redes podem ultrapassar os círculos sociais mais imediatos dos ativistas.

A internet é uma arma fundamental para atingir indivíduos que, a princípio sem vinculações políticas às instituições clássicas de organização da sociedade civil, estariam dispostos, desde que fossem ‘devidamente’ convencidos a participar de ações específicas de protesto (PEREIRA, 2008, p.322).

Porém, os militantes conquistados pela internet podem ser identificados como militantes ocasionais e não possuem um engajamento político similar àquele dos ativistas do movimento. É o que confirma Pereira (2011):

Os internautas militantes ocasionais podem se interessar por causas mais distintas, tais como assinar uma petição *online* a favor do protocolo de Kyoto e ao mesmo tempo se sensibilizarem e se mobilizarem contra a expulsão de imigrantes legais de países desenvolvidos. Temos então uma militância *à la carte*, pois trata-se de um engajamento periódico e algumas vezes distanciado, dado que o internauta não precisa se expor às pressões sociais que normalmente acompanham este tipo de atividades. (PEREIRA, 2011, p.15)

Porém, dentro desse novo espaço digital há também barreiras que os movimentos precisam transpor, como a interação com um público em meio a um ambiente difuso e a melhoria da capacidade técnica para atuar na Internet. O acesso ao espaço virtual é proporcionado por aparatos tecnológicos e todas as ações dos movimentos devem ser condicionadas por esses sistemas digitais, por isso, as entidades devem estar preparadas para utilizar as ferramentas disponíveis. Além de especialistas na área, as informações precisam ser atualizadas constantemente e com a imediaticidade que a internet solicita a fim de manter a aproximação com seus ativistas *online*. Os produtores de conteúdo também precisam utilizar uma linguagem atrativa e alarmista, que chame a atenção da sociedade civil em meio a uma profusão acelerada de informações que o espaço virtual divulga a todo o momento.

Mas, mesmo com a especialização dos ativistas, há de se considerar a maior barreira para a eficiência das ações *online*: a exclusão digital dos cidadãos e, por vezes, das bases dos movimentos.

É necessário muito cuidado ao falarmos sobre a internet como mecanismo de aperfeiçoamento democrático, pois uma grande parcela da população mundial ainda está fora do processo de apropriação de novas tecnologias. Torna-se importante observar que há os excluídos da revolução digital que fazem parte das bases dos movimentos sociais e ONGs. Há também entidades que estão excluídas, que não possuem recursos financeiros para terem uma sede, uma linha telefônica, e tampouco uma conexão para a internet. (PEREIRA, 2011, p.18)

Pereira (2011) confirma um dado já apresentado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2010, que mostrou o crescimento do acesso à internet, porém evidenciou o déficit de usuários. Segundo a pesquisa PNAD (Pesquisa Nacional

por Amostra de Domicílios), dos cerca de 186 milhões de brasileiros, apenas 67,9 utilizam a internet, o que ainda é muito pouco para se falar em participação igualitária na rede.

### **3.2 Atuação *online* dos movimentos ambientais**

O movimento ambiental é um dos novos movimentos sociais que mais possui um caráter midiático. Este tipo de associação sempre se valeu da mídia para difundir suas causas ambientais, se adaptaram facilmente as condições de comunicação e são, atualmente, fontes de informação para a imprensa e para a sociedade civil. Segundo Miguel (2010), “a visibilidade das organizações ganhou real impulso com as novas tecnologias, em especial o uso da internet, vista por Castells (2000) como um meio ideal de interação e organização social” (2010, p. 2).

Fato é que a intensa participação na mídia tradicional e *online* dos movimentos ambientais foi condicionada pela questão ambiental que começou a ser difundida nas décadas de 50 e 60, mas teve seu auge a partir da Conferência Eco 92, no Rio de Janeiro. Com isso, os movimentos ganharam mais voz, ocupando agendas públicas, políticas e, principalmente, midiáticas.

O ambientalismo, já consolidado em bases científicas e tecnológicas, encontrou na internet um ambiente descentralizado, dinâmico, de alcance irrestrito, sem altos custos, e que auxilia a comunicação, tanto entre o próprio movimento, como entre seus públicos, e vai mais além. (MIGUEL, 2010, p.5)

#### **3.2.1 ESTRATÉGIAS DE VISIBILIDADE DA SOS MATA ATLÂNTICA**

A entidade ambiental SOS Mata Atlântica se vale da internet para divulgar suas atividades, sensibilizar os indivíduos e convocá-los a participar das ações que têm como objetivo promover a conservação da diversidade biológica e cultural do Bioma Mata Atlântica. Além disso, institui-se como fonte de informação para pesquisadores e para a imprensa.

Nesta parte do artigo, será feita uma análise das estratégias utilizadas na internet pela entidade para garantir sua visibilidade no espaço público. Para isso, considera-se as questões colocadas por Downing (2002) sobre a internet radical, como a atuação dos

*websites* das entidades, os métodos de intercâmbio de informação no espaço virtual, formas de participação e interação com a sociedade e otimização do ativismo social pela internet.

O *website* da organização - [www.sosmatatlantica.org.br](http://www.sosmatatlantica.org.br) – apresenta em sua página inicial notícias recentes ligadas à causa ambiental em geral, ações promovidas e programadas pela entidade e os principais eventos programados. Além disso, os menus laterais da página contam com links importantes para a manutenção da interação com o internauta e da conservação da própria entidade, como “Filie-se”, “Doação”, “Loja SOS” e “Cursos”. A página ainda conta com um acesso para o blog da entidade, que possui informações diárias sobre eventos e ações da entidade.

Um destaque maior é dado no alto da página para o link do Atlas da Mata Atlântica, importante estudo feito pela entidade em conjunto com outras instituições para identificar a quantidade de desmatamento sofrido pela Mata Atlântica e ainda apresenta as áreas da floresta que estão se recuperando. Tal publicação é amplamente conhecida e utilizada pela imprensa e pelos pesquisadores da área, por isso possui um destaque maior na página inicial.

A página inicial da SOS Mata Atlântica, visualmente bem construída e atualizada constantemente, pode ser vista, assim, como um cartão de visitas que oferece ao internauta uma gama de informações e meios de interação. O *website* como um todo serve como fonte de informações não só para os ativistas, mas também para os militantes ocasionais e para a mídia. Downing (2002) diz que os *websites* podem apresentar conteúdos subjetivos, mas são importantes contrapontos ou legitimadores do discurso divulgado pela mídia sobre a entidade, pois “a mídia oficial também representa pontos de vista particulares e com frequência divulga informações que estão longe de constituir a verdade total” (2002, p.274).

O *website* SOS Mata Atlântica é considerado pela entidade como um portal por abrigar outros *websites* em seu interior. No cabeçalho da página inicial há um menu que dá acesso aos chamados “Canais SOS Mata Atlântica”, *websites* complementares às ações online da entidade e que vão além da simples divulgação de informações promovida na página inicial, eles também tem como proposta promover maior interatividade com o internauta, como por exemplo o canal “Conexão Mata Atlântica”, uma rede social própria da entidade, que propõe acesso igualitário de todos que estejam *online*, convidando-os a participar de fóruns, debates e compartilhar informações entre os membros da rede.

A Conexão Mata Atlântica tem a meta de promover um diálogo mais ativo com todos seus públicos e “articular em rede todas as pessoas que preocupam e querem discutir sobre a luta pela Mata Atlântica”, segundo objetivos publicados no *website* da Conexão. Porém, não se pode dizer que essa mídia promova a participação da sociedade civil como um todo, só aqueles que são motivados pela causa que o movimento defende. Essa rede serve como espaço de discussão entre os já ativistas ou simpatizantes com a causa, porém não conquista novos militantes, nem mesmo os ocasionais, pois se constitui como um espaço limitado a um cadastro e acesso constante. Nela, os militantes podem participar com suas opiniões sobre o meio ambiente em geral e apoiarem algum tópico lançado sobre alguma campanha da entidade.

A Conexão Mata Atlântica serve, portanto, como ferramenta para reforçar o ciberativismo, assim como outros canais como o “Voluntariado SOS Mata Atlântica”, com notícias e eventos para os voluntários da entidade, e o “Sistema de Mobilização Online”, espaço que facilita o acesso dos ativistas a ferramentas e instrumentos de divulgação das campanhas para a conservação da Mata Atlântica. Tal facilidade dos ativistas em ter ferramentas para participar da mobilização é identificada por Downing (2002) como um meio de conceder independência aos militantes:

(...) através das redes eletrônicas, os articuladores dos movimentos sociais têm a oportunidade de expressar-se diretamente por meio de documentos divulgados pela internet. Isso suscita a questão de ‘se podemos trocar a estratégia de dar voz aos que não têm voz pela estratégia de deixar as pessoas falar por si mesmas’. (DOWNING, 2002, p;275)

Outras ferramentas de ação *online* são utilizadas para convidar a sociedade civil a participar da causa ambiental defendida pela SOS Mata Atlântica, como o canal “Clickarvore” e as redes sociais Facebook e Twitter. O Clickarvore é um *website* que conta com a participação dos internautas para promover a restauração florestal a partir de um clique. Com um clique, o cidadão define as regiões onde serão plantadas as mudas doadas pelos parceiros da entidade. Porém, um déficit pode ser percebido no *website* que barra a facilidade de acesso do internauta. O link “Como Participar” apresenta o modo como o internauta deve participar e qual o objetivo da mobilização, de maneira bem esclarecedora e necessária para informar o ciberativista sobre a importância de sua ação. Contudo, mostra que, para participar, o cidadão deve preencher um extenso cadastro, mais demorado do que o ato de clicar. Essa demora

pode dificultar a participação dos militantes ocasionais, igualmente importantes para a ampla divulgação e visibilidade da causa da entidade.

Já as redes sociais são os meios de comunicação *online* mais interativos e constantemente atualizados pela SOS Mata Atlântica. Nestes espaços, há a possibilidade de compartilhar novas informações sobre as questões de meio ambiente e difundir atividades da organização com mais eficiência para os participantes e seguidores das redes sociais, pois cada nova informação divulgada é enviada diretamente ao indivíduo, fazendo com que ele possa acompanhar as novidades e ainda compartilhar com outros amigos que fazem parte de sua rede social. Há, assim, uma ampliação da visibilidade do movimento na internet, pois nas redes ele conta com ferramentas de atuação.

Porém, há uma diferença na divulgação via Twitter e Facebook. O Twitter da SOS Mata Atlântica, que conta com 20.853 seguidores, permite que a entidade divulgue *posts* rápidos, objetivos, motivando os seguidores a acompanharem o andamento das campanhas e participarem de manifestações, informando a data e o local. Diferente do tom apenas disseminador de informações e pouco interativo do Twitter, o Facebook amplia a interatividade e a participação da sociedade civil. A página da instituição no Facebook, que conta com 1.213 participantes (em 10.12.2011), permite que todos os internautas e também a imprensa acompanhem as informações divulgadas pela entidade, opinem, compartilhem as notícias em sua rede social, assistam vídeos, vejam fotos e escutem gravações em rádio online, ferramentas que ampliam o entendimento do internauta e ainda são mais atrativas para a conquista da visibilidade da instituição. Mais uma vez, é Downing (2002) que identifica tal infraestrutura que a internet oferece como um meio de otimizar o debate público.

A internet pode vir a ser a nossa primeira esfera pública global, um meio pelo qual a política pode tornar-se realmente participativa, tanto em âmbito regional quanto internacional. E é o primeiro veículo que oferece, aos indivíduos e coletivos independentes de todo o mundo, a chance de comunicar-se, com suas próprias vozes, com uma audiência internacional de milhões de pessoas. Portanto, as possibilidades técnicas da internet como esfera pública são ilimitadas. (DOWNING, 2002, p.271)

Com as diversas formas de intercâmbio de informação possibilitadas pela internet, a SOS Mata Atlântica constrói no espaço virtual seu próprio meio de divulgação, em que os discursos formatados para cada meio são organizados pela própria entidade, de acordo com o objetivo da comunicação e com uma grande rapidez de disseminação. Porém, precisa contar com a participação dos ativistas e com a

visibilidade de suas causas perante a sociedade civil, que em parte se dá pela atuação *online*, mas também pela sua interlocução com a mídia, ao fazer com que a informação legitimada pela entidade chegue aos produtores da mídia e também com que sejam lembrados a todo o momento por eles. Neste sentido, faz-se importante o reconhecimento da entidade em nível local e nacional pela sociedade civil, uma vez que a mídia está atenta aos debates públicos, ao mesmo tempo em que os fomenta e se configura como espaço (nunca neutro) para sua realização.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que o espaço virtual permite a um movimento social difundir sua causa com mais agilidade, instantaneidade e livre de formalidades, características tão importantes para a mobilização urgente o movimento propõe. Atenta a essa realidade, a entidade ambiental SOS Mata Atlântica utiliza diversas ferramentas online como estratégias para a manutenção de sua visibilidade pública.

Porém, há de se considerar também os meios *offline* como estratégias complementares à ação *online* dos movimentos. Ao convocar participantes para se engajarem em uma campanha da entidade, a SOS Mata Atlântica precisa considerar o convite aqueles que não têm acesso ao meio digital. Além disso, o movimento também conta com a mobilização presencial e diretamente próxima da sociedade, nas ruas e nas praças públicas.

Para ampliar a participação nos meios digitais, a entidade precisa atualizar constantemente seus *websites* e redes sociais. Para isso, deve contar com uma equipe especializada, fato que promove a exclusão digital de outras entidades que não têm recursos para manterem especialistas, muito menos para obterem equipamentos de telecomunicação. Não obstante, as redes de comunicação digital podem estar alterando o jogo político em favor de cidadãos pobres em recursos que, em muitos casos, estão experimentando estratégias políticas fora dos canais convencionais da política nacional como as eleições e os processos de formação de grupos de interesse. Assim, formas de participação individual parecem ser afetadas por redes de comunicação interconectadas que capacitam os indivíduos a encontrar múltiplos pontos de entrada em formas variadas de ação política.

Contudo, o movimento ambiental se configura hoje como principal ator do cenário virtual, ao produzir conteúdo, convocar para mobilizações e desenvolver ferramentas de interatividade. Com o passar dos anos e o desenvolvimento de novas formas de comunicação *online*, as entidades ambientais se apropriam do espaço virtual, expandindo fronteiras e conquistando novos adeptos para aumentar a participação política e consolidar suas causas na arena pública.

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, Jeffrey C. Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: Secularização, atualização, inversão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. *Rev. Bras. Ci. Soc.* [online]. 1998, vol.13, n.37
- ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. In: *Lua Nova* [online]. 2009, n.76, p. 49-86.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- DOWNING, John D.H. *Mídia Radical, Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. Senac, São Paulo, 2002
- FOSSÁ, Maria Ivete T.; PINTO, Rafaela Caetano. Cartografias e devires dos microgrupos de poder na internet: o ciberativismo do Greenpeace como produtor social na internet. *Revista Animus* [online]. 2010, n.18, p. 31-49.
- GOHN, Maria da Glória. Cidadania, Meios de Comunicação de Massas, Associativismo e Movimentos Sociais. In: PERUZZO, Cicília M.K, ALMEIDA, Fernando F. *Comunicação para a Cidadania*. São Paulo: INTERCOM; Salvador: UNEB, 2003.
- MAIA, Rousiley C. M. O papel democrático da sociedade civil em questão. In: *Lua Nova* [online]. 2010, n.81, p. 147-174.
- MAIA, Rousiley. Internet e esfera civil: limites e alcances da participação política. In: MAIA, R.; GOMES, W.; MARQUES. F. *Internet e Participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011, p.47-91.
- MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MIGUEL, Katrini. Estratégias de Comunicação e Mobilização na Cibercultura ambientalista. Trabalho apresentado na XXXIII Intercom [online]. 2010.
- PEREIRA, Marcus Abilio. *Cyberativismo e democracia – movimentos sociais e novos repertórios de ação*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2008.
- PEREIRA, Marcus Abilio. *Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital*. Trabalho apresentado no IV Encontro da Compólitica, 2011.
- RIBEIRO, J.; PEREIRA, A. Os Desafios Analíticos Propostos pelo Fenômeno das Flash Mobs. In LEMOS, André (org). *Comunicaciones Móviles*. In: *Rázon y Palabra* [online], n.41, Octubre/Noviembre, 2004. México.
- RIOS, Aline. Movimentos sociais na internet: possibilidades e desafios. *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*, Bocc [online]. 2010

SANTOS, Fernando. O ciberativismo como ferramentas de grandes mobilizações humanas: das revoltas no Oriente Médio às ações pacíficas do Greenpeace no Brasil. *Revista Anagrama* [online]. 2011, n.1.

SCHERER- WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Revista Sociedade e Estado* [online], Brasília, v.21, 2006, p.109-130.

SODRÉ, M. *Antropológica do Espelho*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.